

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC(FN) MARCELO CONDE DOS SANTOS
(CEMOS-039)

LÍBANO 2006:
uma tendência de emprego do Poder Naval em Operações de Evacuação de
Não-Combatentes

Rio de Janeiro

2008

CC(FN) MARCELO CONDE DOS SANTOS

LÍBANO 2006:
uma tendência de emprego do Poder Naval em Operações de Evacuação de
Não-Combatentes

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (FN) Alexandre RICCIARDI
dos Reis

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2008

LISTA DE TABELAS

1- Meios de Força Naval empregados pelos Estados.....	34
2- Posicionamento das Forças Navais empregadas pelos Estados, distâncias e tempo gasto para posicionamento.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Área de Destino Segura
AOE	Área do Objetivo de Evacuação
ARG	Grupo Anfíbio Pronto - <i>Amphibious Ready Group</i>
CAE	Comitê para Ações de Emergência da Embaixada
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
CIA	Agência Central de Inteligência Norte-Americana
ED	Embarcações de Desembarque
ESG	Grupo Expedicionário de Ataque - <i>Expeditionary Strike Group</i>
EUA	Estados Unidos da América
FNR	Força Naval Referência
GLR	Grupos de Ligação Regionais
GLW	Grupo de Ligação de Washington
HMS	Navio de Sua Majestade - <i>Her Majesty Ship</i>
MAGTF	Força-Tarefa Terra Ar de Fuzileiros Navais Norte-americanos - <i>Marine Air Ground Task Force</i>
MB	Marinha do Brasil
MEU	Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais Norte-americanos - <i>Marine's Expeditionary Unit</i>
OpMilNG	Operações Militares de Não Guerra
OpENC	Operações de Evacuação de Não-combatentes
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAE	Planos de Ação Emergenciais
USAID	Agência de Desenvolvimento Internacional Norte-Americana
USMC	Corpo de Fuzileiros Norte-Americano - <i>United States Marine Corps</i>
USS	Navio dos Estados Unidos - <i>United States' Ship</i>
USSOCOM	Comando de Operações Especiais Norte-Americano - <i>United States Special Operations Command.</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. EVACUAÇÃO DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS NO LÍBANO	8
2.1 Austrália.....	9
2.2 Canadá	10
2.3 Índia.....	10
2.4 Itália.....	11
2.5 França	11
2.6 Reino Unido.....	12
2.7 Estados Unidos da América	13
3. REGISTROS COLETADOS DAS APLICAÇÕES DO PODER NAVAL	14
3.1 Fator Força	15
3.2 Fator Espaço.....	16
3.3 Fator Tempo.....	17
4. ANÁLISE	17
4.1 Análise sob o aspecto do fator força.....	18
4.2 Análise sob o aspecto do fator espaço.....	19
4.3 Análise sob o aspecto do fator tempo	21
5. CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS	24
APÊNDICE A - ENTREVISTA COM CC YAN BRIAND DA MARINHA FRANCESA	28

APÊNDICE B - OPERAÇÕES MILITARES DE NÃO GUERRA E O MODUS OPERANDI DE OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NORTE-AMERICANOS.....29

APÊNDICE C - TABELA 1 - MEIOS DE FORÇA NAVAL EMPREGADOS PELOS ESTADOS.....34

APÊNDICE D - TABELA 2 - POSICIONAMENTO DAS FORÇAS NAVAIS EMPREGADAS PELOS ESTADOS, DISTÂNCIAS E TEMPO GASTO PARA POSICIONAMENTO.....35

1. INTRODUÇÃO

Quais tendências de emprego, possibilidades e limitações trouxeram ao Poder Naval as Operações de Evacuação de Não-combatentes (OpENC) no Líbano em 2006? Esta é uma boa pergunta a espera de uma resposta convincente, cujo alcance é o propósito do presente trabalho. Isto se justifica pelo fato de as OpENC, executadas por diferentes Poderes Navais no Líbano em 2006, terem emergido com lições aprendidas de significativa importância. Tais lições passam a ter relevância mediante sua observação e estudo, pois só assim poderemos organizar e preparar melhor nosso Poder Naval para fazer face, tempestivamente, às necessidades ou interesses nacionais no exterior por intermédio da salvaguarda de nossos nacionais.

Neste enfoque, ganha importância o DECRETO Nº. 5.484, de 30 de junho de 2005 - Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005), que estabelece que as Forças Armadas tenham como Objetivo de Defesa Nacional, entre outros: **“a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior”**, que, para tal deve cumprir a seguinte diretriz: **“dispor de meios militares com capacidade de salvaguardar as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior.”** Para alcançar o Objetivo citado a Marinha do Brasil (MB) tem treinado e se exercitado em OpENC (ZUCCARO e SOARES, 2002). Cumpre ressaltar que VIDIGAL (2008) defende em sua palestra ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA DE DEFESA que as OpENC são operações militares de não guerra, onde devemos desenvolver capacidades que nos permitirão cumprir a diretriz supramencionada.

Tendo em vista o exposto, os seguintes objetivos para este trabalho foram estabelecidos:

- 1- Identificar e analisar as formas de utilização do Poder Naval por diversos países quando da realização da OpENC no Líbano em 2006;
- 2- Identificar possibilidades do Poder Naval para realizar as OpENC;
- 3- Identificar limitações do Poder Naval para realizar OpENC.

Para o alcance destes objetivos, uma pesquisa bibliográfica documental foi realizada, com a produção de resumos informativos e análise crítica, bem como pesquisa de campo através de entrevista. Inicialmente, abordou-se inúmeros artigos retratando a aplicação de cada Poder Naval. Então, essas aplicações foram analisadas à luz de fatores estratégicos defendidos por Milan Vego.

Posteriormente, procedeu-se a discussão dessas aplicações comparativamente, tentando chegar às possibilidades e limitações do Poder Naval para a realização de uma OpENC.

Nos últimos anos, a MB e, principalmente, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) têm estudado constantemente as Operações de Evacuação de Não-Combatentes, as OpENC. Tentou-se, em primeiro lugar, compreender o *modus operandi* norte-americano (APÊNDICE B), que, em 1991, realizou Operações na Libéria e na Somália, descritas por Parker (1991, p.102-106) e pelos United States (2008, p. 111-114), para que, com base nos mesmas, pudéssemos tirar lições e ensinamentos. Posteriormente, buscou-se demonstrar a importância do conjugado anfíbio e as preocupações da realização desta operação no Direito Internacional, que culminaram com o trabalho de Zuccaro e Soares (2002). Desde 2003 até 2006, as preocupações aumentaram e as autoridades foram demovidas. Possibilidades de emprego foram entendidas, Leis foram aprovadas e Políticas foram estabelecidas. Mas por que o Poder Naval Brasileiro não foi acionado em 2006? Quais de suas características inviabilizaram a utilização desta ferramenta? Agora, em 2008, parece mais fácil entender quem utilizou o seu Poder Naval para encontrar estas respostas: Quais possibilidades e limitações trouxeram o emprego desta ferramenta da Defesa para cada um destes Estados, e, principalmente, como esta ferramenta foi utilizada. Meios Navais conforme os utilizados por estes Estados, a Marinha Brasileira possui. Deve-se aprender com estas vicissitudes de emprego. Conhecer o que se faz, para em seguida saber se a Marinha é, também, capaz de fazê-lo.

2. A EVACUAÇÃO DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS NO LÍBANO

Muito embora conflitos no Oriente Médio sejam uma constante, a maioria dos países foi surpreendida com os ocorridos em julho de 2006 no Líbano. Israel bloqueou portos, aeroportos e rotas terrestres e desferiu ataques, em vários lugares do Líbano, em represália aos ataques do Grupo Hezbollah (GUIMARÃES, 2007). Um significativo número de cidadãos de vários Estados, em fuga do conflito Israel-Hezbollah, criou expectativas de rotas de escape que não existiam (WIKIPÉDIA, 2008). Como resolver este problema? Burns (2006, p. 3) afirmou que devido ao bombardeio aos aeroportos no Líbano e bloqueios terrestres, oficiais norte-americanos

rejeitaram a possibilidade de evacuar seus cidadãos em fuga deste conflito por terra e pelos aeroportos.

A princípio, o governo britânico autorizou a França e os Estados Unidos da América (EUA) utilizar sua base aérea no Chipre e de lá estabelecer uma ponte aérea (CYPRUS NEW AGENCY, 2006). Mas logo, a República do Chipre e a Turquia apoiaram a evacuação por mar e a Síria por terra de forma ampla (WIKIPÉDIA, 2008).

Diversos países optaram pela evacuação do Líbano por terra, seguida de meios aéreos civis ou de seu Poder Aéreo, a partir de países vizinhos ao Líbano, dentre as alternativas de evacuação, ao contrário do posicionamento norte-americano como citado acima.. As necessidades logísticas e distâncias envolvidas foram os fatores preponderantes para a adoção dessa opção (WIKIPÉDIA, 2008, p. 3). Estados como Austrália, Brasil, Islândia, Dinamarca, Irlanda, Noruega, Filipinas, Romênia e Rússia foram os que se colocaram a favor desta alternativa.

Estes grupos foram organizados por comboios de ônibus saindo de vários lugares do Líbano. As respectivas embaixadas solicitaram autorização para que tais comboios se mantivessem seguros e atravessassem o bloqueio para Israel. Os mesmos foram identificados nos bloqueios terrestres, após atravessarem a Síria em direção aos aeroportos de Damasco e Aleppo na Síria, e, posteriormente, Adana, em Chipre.

Outros Estados utilizaram meios do poder aéreo e do poder naval de países amigos. Entre eles estão o Canadá, a Austrália, ou os próprios norte-americanos, mediante solicitação de ajuda (WIKIPÉDIA, 2008).

Entretanto, como os principais Estados que se utilizaram de seu Poder Naval ou de terceiros, seja no apoio às OpENC ou com simples segurança, procederam?

2.1 Austrália

Evacuaram 86 cidadãos por via terrestre, após pedir um cessar-fogo no sul do Líbano. Depois, tentaram alugar um navio fretado. Mas, somente no dia 22 de julho o governo australiano conseguiu um navio para evacuar seus cidadãos, via ilha de Chipre. A evacuação de 100 cidadãos por navio da marinha grega ocorreu no dia 21 julho (WIKIPÉDIA, 2008, p. 3).

2.2 Canadá

O governo canadense foi duramente criticado pela demora na evacuação. Além das atitudes iniciais de pedidos de ajuda para evacuação através de navios de um terceiro Estado, conforme os pedidos aos franceses, britânicos e norte-americanos, e a evacuação por aeronave realizada pelo primeiro-ministro, os canadenses conseguiram um navio fretado. Por motivos diversos, este navio chegou atrasado. Este caso demonstra que a mobilização não pode ser improvisada. Deve, para tal, haver um planejamento (WIKIPÉDIA, 2008, p. 3).

Foram utilizados 130 militares apoiando o Ministério das Relações Exteriores do Canadá. Inicialmente, trinta militares da Força-Tarefa Líbano que estavam na área. Estes 130 militares eram “elementos de comando, telecomunicações, profissionais de saúde, oficiais de ligação naval e pessoal de controle e movimento de segurança” (DAVIES, 2006, p. 1).

Segundo o artigo citado, houve o estabelecimento de um centro de recepção que fazia a triagem dos cidadãos que vinham de ônibus de várias regiões e, posteriormente, eram evacuados por navio fretado para Lanarca, em Chipre. Este navio era devidamente escoltado por navios militares de forças amigas. A partir deste país, os evacuados seguiam via aeronave comercial para o Canadá. A autora anteriormente citada aponta que por volta de 1000 canadenses foram processados a cada dia, logo, cerca de 14.000 foram evacuados no total.

2.3 Índia

Operação SUKOON foi a denominação do governo indiano para OpENC a partir do Líbano (TELUGO, 2006). Os indianos (WIKIPÉDIA, 2008) dividiram a operação em duas partes: a primeira era a “ponte” sobre o mar, que partia do litoral do Líbano, até Chipre, e segunda era a ponte aérea partindo de Chipre para a Índia, através de meios da Air Índia.

O governo indiano acionou quatro navios de guerra para apoiar a evacuação de seus cidadãos. Os mesmos realizaram várias viagens entre Beirute e Chipre durante a evacuação (WIKIPÉDIA, 2008, p.4).

Segundo este último artigo, quatro navios de guerra da marinha indiana, Força-Tarefa 54, estavam voltando de uma viagem à Grécia, já próximos à Índia, e receberam ordens para voltar ao canal de Suez, e apoiar a evacuação de não-combatentes indianos, nepaleses e do Sri Lanka. Esta

força era formada pelo INS *Mumbai*, INS *Brahmaputra*, INS *Betwa* e o Navio Tanque INS *Shakthi*. Sete helicópteros destes navios foram utilizados para evacuar os cidadãos.

O Contratorpedeiro INS *Mumbai* evacuou 1495 cidadãos durante três viagens, nos dias 20, 23 e 26 de julho e as Fragatas INS *Brahmaputra* e INS *Betwa*, 344 cidadãos, segundo Telugo portal (2006).

2.4 Itália

Segundo Guimarães (2007, p. 7) a Itália acionou seu Poder Naval ativando a Operação MIMOSA. Os Navios acionados foram: o Contratorpedeiro *Durand de la Penne*, o Navio de Desembarque *San Giorgio* e a Fragata *Aliseo*. O Primeiro “executava um adestramento de patrulhamento de águas internacionais conjuntamente a um navio da Marinha indiana, e recebeu determinação para atracar no Porto de Beirute a fim de evacuar civis para Chipre, de onde regressaram à Itália por meios aéreos postos à disposição pelo Ministério de Assuntos Externos italiano” (GUIMARÃES, 2007, p. 7). Os restantes estavam respectivamente nas bases navais de Brindisi e Taranto, saindo dia 19 de julho. Chegando ao porto de Beirute dia 23 de julho (REPVBBLICA ITALIANA, 2007). Estes evacuaram um total de 705 pessoas, sendo 419 de nacionalidade italiana, segundo Guimarães (2007, p.7).

2.5 França

O governo francês, para fazer frente às necessidades de segurança de seus cidadãos em território libanês, em julho de 2006, ativou a Operação BALISTE (WIKIPÉDIA, 2008b, p. 1). Esta operação mobilizou inicialmente mais 700 homens em três grandes grupos de uma força combinada. Um primeiro grupo de transporte aéreo era composto de uma aeronave C160 Transall e, o segundo, três helicópteros Cougar com grupo tático do exército francês que incluíram infantaria motorizada, engenharia e viaturas de blindadas leves. E, por último, um grupo naval anfíbio composto de dois navios anfíbios (Navio Doca Porta-helicóptero *Mistral* e Navio Desembarque Doca *Sirocco*) e duas fragatas para segurança do comboio (Fragatas anti-submarino *Jean Bart* e Fragatas de defesa aérea *Jean de Vienne*) (FRANCE, 2008).

O Comandante Briand afirma em entrevista (APÊNDICE A) que a evacuação de não-combatentes franceses realizou-se por uma solicitação do Ministro das Relações Exteriores. Conforme o mesmo, os navios do Grupo Naval Anfíbio mencionado acima estacionaram no litoral do Líbano e por seus próprios meios, apoiados por navios civis, evacuaram os cidadãos franceses para Chipre. Os mesmos evacuados, de Chipre, seguiram para a França, via meios civis da companhia Air France.

Ao todo, até o dia 18 de agosto, 14500 civis franceses tinham sido evacuados (WIKIPÉDIA, 2008b, p.2).

2.6 Reino Unido

Uma força, capitaneada pelo Porta-Aviões Leve HMS *Illustrious*, saiu de Gibraltar na noite do dia 15 de julho rumo ao litoral do Líbano. No dia 17, foi confirmada a existência de dois navios da Marinha Real no litoral do Líbano (Contratorpedeiros HMS *Gloucester* e o HMS *York*) enquanto a força supracitada já estava a caminho. O HMS *Illustrious* e o Navio Desembarque Doca HMS *Bulwark* eram esperados para o dia 20 de julho (WIKIPÉDIA, 2008, p.6). O Navio Auxiliar *Fort Vitória* (Navio Tanque e Logístico) e a Fragata HMS *St Albans* (Defesa Aérea) completaram a força. O último vindo do Golfo Pérsico (UNITED KINGDON, 2006).

Os ingleses evacuaram seus cidadãos por meio de helicópteros Chinooks e navios pela base aérea inglesa nos Chipre.

O HMS *Illustrious*, capitânia da força, é um Porta-Aviões leve, com 635 tripulantes de que desenvolve de 18 a 28 nós (WIKIPÉDIA, 2008c). Este navio opera com aeronaves de asa fixa e de asa rotativa (helicópteros SeaKing e Marlin). O HMS *Bulwark* é um Navio Desembarque Doca que pode operar, graças ao seu convés livre de 64 m, dois SeaKing, estando um terceiro espotado (parado no convés) ou dois CH-47 Chinook. Segundo a mesma enciclopédia (2008d) este navio mantém permanentemente embarcada uma unidade de Embarcações de Desembarque (ED) do 4º esquadrão de assalto dos Fuzileiros Navais ingleses. Somente em 20 de julho o HMS *Bulwark* evacuou aproximadamente 1300 cidadãos de Beirute.

Conforme mencionado anteriormente, dois navios se adiantaram do restante da força que saiu de Gibraltar. Tendo em vista suas velocidades e seus posicionamentos (manobras da

Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Mediterrâneo), o HMS *Gloucester* e HMS *York*, dois contratorpedeiros, chegaram dois dias antes (BBC NEWS, 2006). Emergencialmente estes dois navios aportaram em Beirute e evacuaram os primeiros cidadãos ingleses no dia 18 de julho.

2.7 Estados Unidos da América

O número de cidadãos americanos evacuados foi de 15.000 desde as hostilidades de 15 de julho. Diferentemente da maioria dos países, os EUA trabalharam pré-posicionados. O Grupo Expedicionário de Ataque - *Expeditionary Strike Group* (ESG) *Iwo Jima* que estava no Mar Vermelho, ao largo da Jordânia, necessitou de pouco tempo para se posicionar no litoral do Líbano (BURNS, 2006), e começar a OpENC LEBANON (STAMATOPOULOS e PHIPPS, 2007)

[...] logo após o governo anunciar o início do plano de evacuação o navio de cruzeiro foi alugado (Orient Queen) e passou a ser escoltado pelos Contratorpedeiros *González* e *Barry* [...] (Wikipédia, 2008e, tradução nossa).

Segundo a Global Security (2008) o *Oriente Queen* aportou em Beirute no dia 18 de julho e no dia 19 de julho suspendeu evacuando 900 americanos (GLOBAL SECURITY, 2008). A composição do ESG *Iwo Jima* era o Navio de Desembarque de Helicópteros *Iwo Jima*, o Navio Desembarque Doca USS *Nashville*, o Navio Desembarque Doca USS *Whidbey Island*, o Navio Desembarque Doca USS *Trenton* e o Contratorpedeiro USS *González*. Incorporaram, durante o evento, o Contratorpedeiro USS *Barry*, o Navio de Comando e Controle USS *Mount Whitney* e o Navio Tanque USS *Big Horn*. Somente o USS *Nashville* tinha a capacidade evacuar 1000 pessoas por dia, contudo seriam utilizados navios militares e os navios alugados para ampliar a capacidade de evacuação. É importante lembrar que a bordo do ESG *Iwo Jima* estava a 24ª Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais Norte-americanos (MEU), encarregada de apoiar em terra a evacuação.

Este último artigo afirma, ainda, que o transporte *Rahmah* foi contratado para ampliar o número de evacuados. No dia 21 de julho, o mesmo transporte, o USS *Trenton* e o USS *Whidbey* evacuaram, juntos, 4200 cidadãos.

A Global Security (2008) afirmou que os americanos estabeleceram uma ponte marítima e uma ponte aérea: a ponte marítima de Beirute a Chipre, e a ponte aérea de Chipre aos EUA. Essas ações foram comandadas pela Força-Tarefa 59 ou Força Combinada Líbano, como veio a ser denominada posteriormente. Este artigo aponta também a evacuação de 21 cidadãos logo no primeiro dia, via helicópteros.

Mas como isto realmente ocorreu? Segundo a mesma agência governamental, a OpENC norte-americana teve início no dia 16 de julho. No dia seguinte, 2 helicópteros Sea Stallion dos Fuzileiros Navais Norte-americanos evacuaram 42 americanos da embaixada em Beirute e foram levados para a base da força aérea inglesa em Akrotiri no Chipre. Estes helicópteros faziam parte da 24ª MEU. Eles evacuaram uma criança e pessoas com necessidades médicas especiais. O Secretário de Defesa norte-americano solicitou que até 300 pessoas fossem evacuadas por dia.

3. REGISTROS COLETADOS DAS APLICAÇÕES DO PODER NAVAL

A presente abordagem optou pela estratégia operacional com os fatores operacionais citados por Vego (2000, p. 33-93) como parâmetros para análise necessária. O registro através destes fatores permitirá estabelecer possibilidades e limitações do emprego deste poder. Abordar-se-á os elementos físicos (tamanho e mobilidade física) e elementos humanos do Fator Força; os subfatores tempo de preparação e tempo de desdobramento do Fator Tempo; e a distância entre bases e área de evacuação e posição geoestratégica do Fator Espaço.

Vego (2000, p. 33) conceitua o fator espaço como “aquele que compreende terra, mar e espaço aéreo, incluindo espaço exterior, com suas características, que influenciam o desdobramento e a efetividade de forças terrestres, marítimas e aéreas”.

O fator tempo é conceituado por Vego (2000, p.47) como “a essência da guerra, e enquanto uma derrota pode ser balanceada por uma batalha vitoriosa, dias e horas, mesmo minutos perdidos nunca podem ser repostos. [...] Tempo é um dos mais preciosos recursos naturais, [...] e é intimamente relacionado ao fator espaço”.

Segundo o autor (2000, p. 59), o fator força “compreende um número de elementos que são físicos na característica, tais como número de pessoal, armas e equipamentos, mobilidade física, poder de fogo, organizações de comando, logística e qualidade de armamentos e equipamentos [...] e elementos humanos da força, especificamente liderança, moral e disciplina, coesão de pequenas unidades, motivação de combate, doutrina e treinamento.”

3.1 Fator Força

O fator força, conforme entendido por Vego (2000, p. 59), consiste não apenas de tropas, força navais e aéreas, como também das forças advindas de todos os serviços com os apoios logísticos requeridos. Segundo o mesmo autor, está dividida em elementos físicos e elementos humanos. Dentre os elementos físicos, tamanho e mobilidade física serão abordados para cômputo dos resultados e posterior discussão ou análise. E dentre os elementos humanos, serão abordados treinamento e doutrina. Entre os fatores, Vego (2000, p. 62) considera o tamanho um dos elementos mais decisivos dentre os fatores de força. Frequentemente, este é o requisito único de avaliação das forças, por ser de mais fácil mensuração. Haja vista tal fato, todos os resultados da pesquisa relativos a este elemento foram organizados na tabela do APÊNDICE C.

Verifica-se que relacionamentos com o número de evacuados em duas semanas foram estabelecidos na tabela. Esses números servirão de material para posterior análise.

Sobre o elemento mobilidade física, pode-se verificar que a maioria dos poderes navais empregados utilizou-se de navios-tanque e helicópteros, que ampliaram a mobilidade física. Tais navios-tanques ampliaram a permanência na área dos meios necessários para evacuação.

A força de bloqueio israelense liberou o porto de Beirute, permitindo a atracação de meios para a evacuação a partir de 18 de julho (WASH, 2006). Caso isso não ocorresse, a evacuação estaria condicionada apenas a utilização dos meios de desembarque de superfície e aéreos. Contudo, os países que utilizaram as aeronaves de asa rotativa ou helicópteros tiveram maior facilidade e independência da liberação de portos e dos meios terrestres civis para evacuar pessoal longe do litoral. Tal fato é corroborado pela evacuação de 21 norte-americanos no primeiro dia apenas por helicópteros (GLOBAL SECURITY, 2008)

Como resultado da pesquisa verificou-se, a princípio, que apenas os norte-americanos tiveram a preocupação com os elementos humanos do fator força. Dentre estes, os considerados pertinentes ao escopo do estudo são treinamento e doutrina (SWARTZ, 2008) (SACHTLEBEN, 1991, p. 84). Vego (2000, p. 71) aponta treinamento como um dos mais fatores mais críticos. Ele cita a dificuldade de medi-lo, e aponta que é necessário observar seu resultado em eventos reais, como feito pelos autores anteriores. Também citada como um fator crítico, a doutrina é apontada como responsável por uma linha-base para emprego de uma força.

3.2 Fator Espaço

Conforme Vego (2000, p. 33), o posicionamento de uma força ou seu pré-posicionamento é de vital importância. Na coleta de dados sobre o posicionamento das forças, verificam-se os dados constantes da tabela do APÊNDICE D. É importante ressaltar que os posicionamentos foram retirados do recorrido do capítulo anterior e a utilização da ferramenta Google Earth (2008) para medir as distâncias em milhas náuticas.

Um aspecto a ser abordado do fator espaço é a posição geoestratégica. Vego (2000, p. 40) cita que quando não houver, a mesma pode ser suprimida pela formação de alianças ou a utilização destas, quando já existentes. Bases avançadas são usadas para posicionamento estratégico prévio. Os navios ingleses HMS *Gloucester* e HMS *York* estavam realizando manobras da OTAN próximos ao litoral do Líbano e foram utilizados também (BBC NEWS, 2006). Mas o restante dos meios britânicos estava em sua Base Naval Estratégica de Gibraltar.

Balesteros (2008) apontou em sua palestra que esta forma de pré-posicionamento, devido a alianças, como por exemplo com a OTAN, é uma solução para pequenos países que possuem dificuldades de mobilizar meios para determinadas áreas e para fazer frente as ocasionais necessidades das OpENC.

Por fim, fica importante registrar a distância de Chipre, onde foi estabelecida a Área de Destino Segura (ADS), para quase todos os Poderes Navais envolvidos, e o Porto de Beirute que é de 107 milhas. Esta distância foi vencida várias vezes por inúmeros navios, evacuando para Chipre centenas de pessoas (WIKIPEDIA, 2008).

3.3 Fator Tempo

Segundo Vego (2000, p.47), "Qualquer ação durante a guerra e a paz requer significativas considerações acerca do fator tempo". De acordo com o mesmo autor:

(tempo de preparação) é crítico para o alerta, a mobilização, o pré-posicionamento, o posicionamento e o engajamento tático [...] o tempo de preparação depende não apenas de medidas puramente militares, mas também dos trabalhos diplomáticos. (VEGO, 2000, p. 49, tradução nossa)

Os EUA ganham tempo por sua concepção estratégica na sua OpENC por possuir este tempo de preparação reduzido, graças a sua Marinha permanentemente posicionando a sexta frota no Mediterrâneo (VEGO, 2000, p. 51) e treinando-a (WASH, 2006). Assim, seu ciclo de tomada de decisão tem tempo de reação reduzido. Neste sentido, demonstra-se que os norte-americanos planejam seu tempo, tornando-o eficaz através de planejamento, preparação e condução das ações como treinado.

Vego (2000, p. 51) cita que podem ser muitos úteis os trabalhos de inteligência das agências governamentais e das embaixadas. A observação a este trabalho reduziu, talvez, o tempo de reação da Índia. Parece lícito supor que a esquadra indiana estava realizando manobras na área intencionalmente.

Mas, com certeza, o tempo de reação norte-americano foi reduzido devido aos trabalhos de inteligência das agências governamentais e das embaixadas (APÊNDICE B) e ao seu posicionamento estratégico (SACHTLEBEM, 1991, p. 84).

Assim, podemos falar que o planejamento do tempo é feito, principalmente, mediante treinamento e procedimentos padronizados e estabelecidos há anos, nos vários níveis, e inteligência (PARKER, 1991, p. 106).

4. ANÁLISE

Após a abordagem dos resultados do capítulo anterior, cabe-nos analisar, à luz dos fatores operacionais, as possibilidades e limitações do poder naval na OpENC no Líbano.

4.1 Análise sob o aspecto do fator força

Pelo que foi percebido, os Estados e seus Poderes Navais possuíam, por ocasião da execução da evacuação, procedimentos e meios muito próximos uns dos outros. Mesmo os EUA possuíam uma proporção, entre os meios acionados ou designados e o número de evacuados com relação aos demais países, parecida. Assim, podemos verificar que como possibilidade de um Poder Naval executar uma OpENC, tem-se uma alternativa de ativar meios na seguinte proporção para evacuar 5000 pessoas em duas semanas a uma distância de 107 milhas, segundo a experiência do Líbano:

Um Navio de Assalto Anfíbio ou Porta Helicópteros;

Um Navio Desembarque Doca (com embarcações de desembarque e *Hovercrafts*);

Um Grupo de Escolta composto de:

Uma Fragata ou Contratorpedeiro com capacidade Anti-Submarino; e

Uma Fragata ou Contratorpedeiro com capacidade de Defesa Aérea;

Tropas Embarcadas para apoiar a evacuação no valor de um Batalhão de Infantaria e apoios especializados;

Um Navio-Tanque

Mínimo de seis aeronaves de asa rotativa (Helicópteros) para transporte; e

Um Grupo de Embarcações de Desembarque.

A proporção supracitada é uma média aproximada, pelo que os Estados utilizaram, dos meios através de ativação de cada OpENC (LEBANON, HIGH BLOW (UNITED KINGDOM, 2006), SUKOON, BALISTE, MIMOSA e outras), complementados com o aluguel de um navio civil para transporte. Nesse sentido, podemos afirmar que possuir uma maior proporção de meios do que a Força-Tarefa citada é uma situação vantajosa e amplia as possibilidades. Possuir um número menor de meios, como os indianos, amplia as limitações do Poder Naval no aspecto de velocidade de evacuação. O número de evacuados por semana se reduz para abaixo de 5000 pessoas.

Parece lícito supor, ainda, que a escolta de navios de outros Estados pode ter reduzido a taxa de evacuados de norte-americanos, britânicos e franceses. Exemplo desta possível redução foi o apoio prestado pelo Navio de Cruzeiro alugado pelos canadenses. Mesmo sem possuírem

uma Força Naval na área, os mesmos utilizaram sistematicamente as escoltas dos Estados norte-americano, inglês e francês. Daí entendermos o alto número de evacuados canadenses.

Logo, esta Força pode ser colocada como uma referência para execução bem-sucedida de uma OpENC na proporção de cinco mil pessoas evacuadas por semana. Para fim de citações posteriores, esta força no presente artigo passa, doravante, a ser denominada Força Naval Referência (FNR).

Quanto à utilização de aeronaves de asa rotativa, helicópteros, considera-se que seria importante utilizá-los. Eles são essenciais por ampliar a evacuação e independem de um ambiente permissivo. Na Libéria, 15 anos antes do Líbano, norte-americanos foram evacuados tempestivamente por aeronaves em ambiente hostil (SACHTLEBEM, 1991, p. 84).

Vego (2000, p. 71) considera que os elementos humanos, doutrina e treinamento, são altamente interdependentes. Apesar da eventualidade da OpENC, algumas ocorreram nos últimos anos e os norte-americanos estavam realizando-as freqüentemente (PARKER, 1991, p.10) (ZUCCARO, 2002, p. 6). Além disto, os EUA executam treinamento das OpENC com as suas unidades expedicionárias embarcadas em suas esquadras (SWARTZ, 2008). Estes exercícios, somados aos eventos reais, permitem que os mesmos criem sua doutrina e a atualizem. Tal sistemática foi descrita por Parker (1991, p. 102) e Wash (2006, p. 2). Os procedimentos, como vistos, são treinados nos níveis estratégico, operacional e tático.

4.2 Análise sob o aspecto do fator espaço

Mas, a que distância a FNR pode ser bem-sucedida? O capítulo anterior mostrou que diferentes países estavam em diferentes posições geográficas, o que nos permite estabelecer um espectro de distâncias envolvidas que solucionaram seus problemas, bem como soluções para limitações de determinados Estados de não possuírem meios próximos.

O primeiro aspecto é estabelecer quem estava mais longe e menos mobilizado ou acionado, e o que fizeram com uma força próxima da FNR. Neste caso, podemos citar britânicos, italianos e franceses. Os mesmos estavam, respectivamente, em uma base em Gibraltar, em Brindisi e em Toulon. Levaram, no máximo, quatro dias entre o acionamento e a chegada às águas internacionais vizinhas ao litoral libanês, prontos para apoiar a evacuação. Verifica-se,

então, que, entre acionar e prontificar no teatro a FNR, é necessária uma antecedência de tempo que resolva a distância a ser percorrida até a área do problema. Esta razão é de 515 milhas por dia, por pedir uma velocidade de 21 nós que permite manter a maioria dos meios da FNR, chegando ao mesmo tempo (velocidade retirada da tabela do APÊNDICE D como média das distâncias envolvidas pelo tempo gasto). Neste sentido, sabendo-se o tempo desejado para chegar à Área do Objetivo de Evacuação (AOE), limitações ou reais possibilidades são estabelecidas para que a FNR realize a OpENC em determinado país, devido às distâncias envolvidas.

O segundo aspecto a ser abordado é saber por que outros Estados possuíam meios mais próximos do Líbano no dia 15 de julho? O conflito Hezbollah-Israel era algo imprevisível dias antes? Foi uma total surpresa no contexto global? Podemos acreditar que não. Logo, é lícito supor que norte-americanos e indianos manobraram antecipadamente os meios, na proporção próxima à FNR, para perto do Líbano, como também parece lícito supor que este movimento pode ter ocorrido por levantamentos de inteligência prévios.

O terceiro aspecto a ser discutido é a formação de alianças para fazer frente às limitações do Poder Naval de meios ou posicionamentos. Neste tipo de operação, conforme explicitado no capítulo anterior, e citado por Balesteros (2008), Estados que não tenham meios navais ou bases navais próximas a AOE podem fazer frente a estas limitações através de alianças ou coalizões (VEGO, 2000). Os meios da OTAN foram utilizados, mediante autorização. A base naval britânica no Chipre, e também navios britânicos, que chegaram antecipadamente ao restante da força inglesa que estava em Gibraltar, estavam a serviço da OTAN. A experiência britânica de pré-posicionamento na península ibérica e no Chipre traz o ensinamento que tal fato encurtou os dias de viagem para posicionamento da força inglesa no litoral do Líbano (BBC, 2006). Isto pode ser explorado também nas formações de alianças ou coalizões.

Esta formação de alianças ou coalizão está no nível político. Caso se considere importante em determinadas regiões do globo se fazer frente a eventuais evacuações em determinados países em crise, deve-se procurar estas alianças antecipadamente. Resolve-se, também, parte do problema a execução de exercícios conjuntos, de manobras de exercícios no mar próximo à área de conflitos ou em crise previamente, como faziam italianos e indianos (GUIMARÃES, 2007, p. 7).

Outro aspecto a ser abordado no fator espaço é a distância do litoral do Líbano ou do litoral da AOE e a ADS. Neste caso, verificou-se que Chipre dista 107 milhas náuticas de Beirute. Esta distância teve de ser vencida várias vezes pelos diversos Estados que se utilizaram de meios de seu Poder Naval para a evacuação.

4.3 Análise sob o aspecto do fator tempo

Uma das formas de trabalhar o fator tempo na presente situação foi estabelecer pré-posicionamento, como fazem norte-americanos e a OTAN, ou então, podemos pensar em movimentar meios ou uma Força-Tarefa próximos à área de conflito, como fizeram os indianos. Esta última, a partir de indícios ou informes dos órgãos de Estado ou do Ministério das Relações Exteriores, como em 1990 com tropas norte-americanas para evacuação da embaixada norte-americana na Libéria.

[...] em 25 de maio de 1990 o chefe do Estado-maior combinados transmitiu ordem de movimento da 22ª Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais norte-americana (Comando de Operações Especiais) e o quarto Grupo Anfíbio Pronto para as vizinhanças da Moróvia em antecipação as operações de evacuação de não-combatentes e segurança das instalações norte-americanas. (SACHTLEBEM, 1991, p. 78, tradução nossa)

Sobre o posicionamento prévio, Vego (2000, p. 50, tradução nossa) nos fala da íntima ligação dos fatores tempo e espaço e cita, como argumentado acima que:

O tempo de reação pode ser significativamente reduzido, especialmente em uma crise [...] por desenvolvimento de forças adiantadamente ou em que áreas de proteção ao problema.

Relacionado intimamente ao fator força, quando da relação com determinados apoios logísticos, este fator ganha importância com o uso dos Navios-Tanques. Os Estados que os possuíam também apresentavam taxas de evacuação mais altas. Logo, parece lícito supor que não tê-los causa limitações ao emprego do Poder Naval.

5. CONCLUSÃO

Após a análise do trabalho, que teve como luz os fatores operacionais de Milan Vego, pode-se afirmar que para estabelecer possibilidades e limitações do Poder Naval foi necessário referenciar o estudo em uma força naval, descrita por nós como Força Naval Referência (FNR). Tal força possui a capacidade de evacuar aproximadamente 5000 pessoas por semana de um litoral a uma distância de 107 milhas para uma área de destino segura.

Estabelecida esta FNR, que a maioria dos Poderes Navais aqui estudados possui, temos a chance de colocar as seguintes possibilidades após o estudo:

- evacuar, depois de posicionados, aproximadamente 5000 pessoas por semana, de forma ininterrupta, de um litoral a uma Área Destino Segura, distante 107 milhas.
- evacuar cidadãos de países amigos, mediante acordo ou tratado, reduzindo a taxa de evacuação de cidadãos nacionais à medida do número de estrangeiros.
- prover segurança aos evacuados enquanto de seu deslocamento a uma Área de Destino Seguro pelo próprio transporte em Navios de Guerra do Estado.
- escoltar navios fretados pelo governo nacional ou de Estados amigos, que celebraram tratado, acordo, ou pedido, com segurança, até uma Área de Destino Seguro.
- apoiar a evacuação com segurança, a partir de pontos em terra afastados do litoral, até determinada distância possível de percorrer ida e volta por helicópteros.
- apoiar a evacuação com segurança, a partir de pontos do litoral, por meio de navios ou embarcações de desembarque e helicópteros.
- ampliar a taxa de evacuados por dia, caso acione o número maior de meios que a Força Naval Referência (FNR).

Como limitações dos Poderes Navais que tenham uma FNR, têm-se:

- deslocar-se, para posicionamento e início da evacuação, de uma distância maior que 515 milhas por dia da área do objetivo de evacuação (AOE)
- depender de suprimentos de base naval amiga, caso não acione o número mínimo de navios tanques da força tarefa naval referência.
- possuir meios em número menor que a força naval de referência, reduzindo assim a taxa de evacuados por dia.

Enfim, parece que foi abordado um grau significativo de ensinamentos que as operações de 2006 no Líbano trouxeram pelos diversos países nas Operações LEBANON, HIGH BLOW, SUKOON, BALISTE, MIMOSA, entre outras denominações. Tal fato nos permite refletir a partir dos meios que possuímos em nosso Poder Naval. Se possuímos ou vamos possuir capacidade de evacuar 5000 pessoas por semana de um país em crise seja no Atlântico Sul, no Mediterrâneo ou na Ásia, somente saberemos após possuímos os meios da Força Naval Referência devidamente adestrada em uma doutrina alicerçada e sólida. Contudo, teremos de trabalhar com meios de Inteligência, nos vários níveis de decisão, com várias agências nos apoiando e pré-posicionando esta força no litoral de países em crise ou que tem uma grande possibilidade de causar problemas aos nossos nacionais ou aos nossos interesses nacionais. Somente dessa forma poderemos cumprir a atribuição subsidiária constante de nossas leis.

REFERÊNCIAS

BALESTEROS, Miguel A. Papel das Forças Armadas na luta contra o Terrorismo. In: Conferência Internacional “Terrorismo e Forças Armadas”, 2008, Rio de Janeiro. [Palestras]. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval. 2008. 1 CD-ROM.

BBC. Praise for UK Lebanon Evacuation. **BBC news**. 3 de agosto de 2006. Disponível em:< <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/5241214.stm>> . Acesso em: 8 abr. 2008.

BLANCHARD, Christopher E. Noncombatant Evacuation Operations. **Marine Corps Gazette**. Quântico, v. 81, n. 3, p. 56-63, mar. 1997.

BRASIL. Decreto n. 5484, de 30 de junho de 2005. **Política de Defesa Nacional**. Presidência da República. Brasília. 2005. Disponível em:< http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC5484-2005?OpenDocument> . Acesso em: 18 maio 2008.

BURNS, Chris, LABOTT, Elise and STARR, Bárbara. U. S. sending help to evacuate Americans from Lebanon. **WORLD. CNN.COM**. 2006. Disponível em:< <http://www.cnn.com/2006/WORLD/meast/07/17/lebanon/evacuation/index.html>> . Acesso em: 18 jul. 2008.

CHIRRICK, J. L. e ULLOAVALDIVIESO, Roosevelt. Expeditionary Strike Group 3 Established. **U. S. Navy Today**. Abr. 2007. Disponível em:< <http://www.news.navy.mil/search/display.asp?story-id=28932>> . Acesso em: 8 abr. 2008.

CYPRUS NEW AGENCY. News in English, 06-07-17. **Cyprus New Agency**. Retrieved em 18 jul. 2006. Disponível em:< http://www.hri.org/news/cyprus/cna/2006/06-07-17_1.cna.html> . Acesso em: 8 abr. 2008 Retrieved em 18 jul. 2006.

DAVIS, Kristina. CF support DFAIT evacuation of 14000 Canadians from Lebanon. **The Maple Leaf**. National Defence of Canada. v. 9. n. 31. set. 2006. Disponível em: < http://www.Forces.gc.ca/site/community/Maple_Leaf/Vol_9/Vol9_31/931_03.pdf> . Acesso em: 23 abr. 2008.

FRANCE. Déchargement de fret humanitaire et embarquement de ressortissants à Beyrouth. **Marine Nationale**. Ministère de la Defense. Toulon, 2008. Disponível em:< http://www.defense.gouv.fr/marine/decouverte/activites/operations/la_marine_dans_l_operation_baliste> . Acesso em: 31 jun. 2008.

GLOBAL SECURITY. Lebanon non-combatant evacuation operation (NEO) 2006. **Globalsecurity.org**. 2008. Disponível em:< <http://www.globalsecurity.org/military/ops/neo-lebanon-06.htm>> . Acesso em: 26 mar. 2008.

GUIMARÃES, Paulo S. C. B. T. **Evacuação de não-combatentes no Líbano em 2006**: uma hipótese de emprego do Poder Naval e seus reflexos junto à sociedade. 2007. 15 f. Monografia (Mestrado em Ciências do Mar) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

HUZLER, Patrícia I. and DRENNAN, James H. **A Guide to Interagency Support for DoD: Military Force Deployment, Civilian Noncombatant Repatriation, and Military Patient Regulation**. Bethesda, MD: Logistics Management Institute, p. 5-8, 1986.

UNITED KINGDOM. Ilustrious and Gloucester welcomed home after Lebanon operation. Military Operations. **Defense News**. Ministry of Defense. London, Aug. 2006. Disponível em:< [http://www.mod.uk/DefenceInternet/DefenceNews/MilitaryOperations/Ilustriousand Gloucester welcomedhomeafterLebanonoperation](http://www.mod.uk/DefenceInternet/DefenceNews/MilitaryOperations/Ilustriousand_Gloucester_welcomedhomeafterLebanonoperation)> . Acesso em: 24 abr. 2008.

_____. First of the Navys evacuation ships return. **Royal Navy**. London, 2006b. Disponível em:< http://www.royalnavy.mod.uk/server?show=conwebdoc.6353&output_format=print> . Acesso em: 24 abr. 2008.

MUMBAI NEWSLINE. After rescuing thousands, ships return. **Mumbai Newslite**. Retrieved 14 Ago 2006. Disponível em < http://cities.Expressindia.com/fullstory.php?new_sid=196437> . Acesso em: 11 Ago. 2008. Retrieved 14 ago 2006.

MURRAY, Susan L. The **United States Marine Corps and special operations**: a nineteen year convergence toward a marine component. 2006. 22f. USAWC Strategy Research Project. U.S. Army War College. Carlisle Barracks, 2006. Disponível em:< www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/ksil439.pdf> . Acesso em: 24 jun. 2008.

PARKER, T. W. Operation Sharp Edge. **Proceedings**, Annapolis, Md. v. 117, n. 1059, p. 102-106. maio 1991.

REPUBBLICA ITALIANA, Libano: Operazione Mimosa 06 Intervento della Marina Militare. **Ministero della difesa**. Marina Militare. 2007. Disponível em:<<http://www.marina.difesa.it/attivita/svolta/libano/index.asp>> . Acesso em: 15 ago. 2008.

SACHTLEBEN, Glen R. Operation SHARP EDGE: The Corps' MEU(SOC) Program in Action. **Marine Corps Gazette**. v. 75, n. 11, nov. 1991.

SEIGEL, Adam B. Mogadishu One: The NEO Prelude EASTERN EXIT. **Seapower**. v. 36, p. 25-26, mar. 1993.

STOMATOPOULOS, Peter e PHIPPS, Eric. Task Force Lebanon swings into action. **Naval Supply Systems Command**. United States Navy. 2008. Disponível em: <

<http://www.navsup.navy.mil/site/scnewsletter/2007/jan-feb/highlight1.html>> Acesso em: 12 ago. 2008.

SWARTZ, Ty. Essex trains for civilian evacuation during NEO drill. **Global Security**. 2008. Disponível em:< <http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2008/02/mil-080213-nns02.htm>.> . Acesso em: 27 mar. 2008.

VEGO, Milan N. **Operational Warfare**. New Port: Naval War College. 2000, 432 p.

VIDIGAL, Armando A. F. Elementos para uma Política de Defesa. In: Seminário de Política-Estratégia, 2007, Rio de Janeiro [**Palestra**]. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval. nov. 2007 .

TELUGO PORTAL. Indian Navy evacuates 1869 from Lebanon. **Telugo Portal**. 2006. Disponível em: < <http://www.telugo.net/modules/news/article.php?storyid=9072>> Acesso em: 27 jul. 2008.

UNITED KINGDOM, First of The navy 's Evacuation Ships Return. **Royal Navy**. 2008. Disponível em: < <http://www.royalnavy.mod.uk/server?show=conwebdoc.6353>> Acesso em: 21 jul. 2008.

UNITED STATES OF AMERICA. **MCDP 3 - Expeditionary Operation**. Quântico. Virgínia. United States Marine Corps. p.108-115 , 2008.

WASH, Patrick. Bahrein, Emirados Árabes Unidos, 18 jul. 2006. Entrevista concedida ao Escritório de Relações Públicas Assistente da Secretaria de Defesa do Estados Unidos. Disponível em: < <http://www.defenselink.mil/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=221> > Acesso em: 18 maio 2008.

WIKIPÉDIA. **International reactions to the 2006 Lebanon War by evacuations and aid** . 2008. Disponível em: < http://en.wikipedia.org/wiki/International_reactions_to_the_2006_Lebanon_War_by_evacuations_and_aid> Acesso em: 8 Abr. 2008.

WIKIPÉDIA. **Opération Baliste** , 2008b. Disponível em: < http://en.wikipedia.org/wiki/Opération_Baliste > Acesso em: 8 abr. 2008.

WIKIPÉDIA. **Illustrious**, 2008c. Disponível em: < <http://en.wikipedia.org/wiki/Illustrious>> Acesso em: 8 abr.

WIKIPÉDIA. **HMS Bulwak**, 2008d. Disponível em: < http://en.wikipedia.org/wiki/HMS_Bulwak> Acesso em: 8 abr. 2008.

WIKIPÉDIA. **HMS Barry**, 2008e. Disponível em: < http://en.wikipedia.org/wiki/USS_Barry> Acesso em: 8 abr.

ZUCCARO, Paulo M. SOARES, Jorge A. N. Evacuação de não-combatentes, tarefa do conjugado anfíbio. **O Anfíbio**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 4-11, 2002.

APÊNDICE A

ENTREVISTA COM CC YAN BRIAND DA MARINHA FRANCESA

1. Quem acionou os meios militares para execução da evacuação de cidadãos franceses no Líbano?

Resposta: o ministro de relações exteriores

2. Como se dividiu a operação Baliste?

Resposta: em duas fases. Em uma primeira fase foram evacuados de cidadãos franceses do Líbano. Na fase seguinte, a partir de agosto foi realizado o apoio da força de paz da ONU no sul do Líbano. Para esta última fase foram utilizados o TCD (Navio Desembarque Doca) Foudre e a Fragata Cossard.

3. Como se operalisou primeira fase citada pelo senhor da operação Baliste/

Resposta: a força naval anfíbia estacionou ao largo do litoral do Líbano e através de aeronaves militares e navios civis e militares e evacuou os civis e os transportaram para o Chipre de onde saíam aeronaves da Air França com destino a França.

4. O Governo Francês tem executado ações para satisfazer necessidades da OTAN?

Resposta: Afirmativo. Atualmente o Almirante Xavier Magne, antigo comandante naval da Operação Baliste, é o comandante tático do Estado-Maior (EM) da Força Francesa na OTAN. Este Estado-Maior fica subordinado ao EM combinado da OTAN. De seis em seis meses o comando combinado da OTAN revisado entre os países. Esta força serve para fazer frente às necessidades da OTAN a exemplo da segunda fase da votação balística de apoio às forças de paz no sul do Líbano que estavam sofrendo ataques do Hezbollah.

APÊNDICE B

OPERAÇÕES MILITARES DE NÃO GUERRA E O MODUS OPERANDI DE OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NORTE-AMERICANOS

1. Operações Militares de Não Guerra

O conceito de Operações Militares de Não Guerra (OpMilNG), segundo U.S. Marine Corps (2008), é definido como o uso das capacidades militares através de uma gama de operações militares semelhante às necessidades para pequenos conflitos. Estas ações podem ser combinadas com outros instrumentos do poder nacional e podem ocorrer antes, durante e após o conflito.

A mesma publicação aponta que as operações militares de não guerra têm lugar em ambientes permissivos ou não. Os ambientes não permissivos possuem como característica um espectro amplo de graduações da violência em ambientes caracterizado por combates leves a combates em grandes proporções.

O U.S. Marine Corps (2008) considera que para estas operações são importantes os fatores políticos que restringem a aplicação da força militar.

As considerações políticas podem implicar em ações militares que militarmente são desvantajosas. Em alguns casos, é difícil identificar claramente e delimitadamente os objetivos militares para alcançar o sucesso. (U.S. MARINE CORPS, 2008, tradução nossa)

O U.S. Marine Corps (2008) aponta, também, que estas operações devem estar em significativa coordenação com o governo hospedeiro, agências não militares e a população, diferente dos combates convencionais e das operações de combate de larga escala. Dentre essas operações, segundo esta instituição, é um exemplo comum a Operação de Evacuação de Não-combatentes (OpENC).

Segundo Chirrick e Ulloavaldivieso (2007) os EUA atuavam nestes cenários com os conceitos de Amphibious Ready Group (ARG) - Grupo Anfíbio Pronto, que consiste de uma MEU (Marine Expeditionary Unit) - Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais Norte-

americanos e navios-anfíbios prontos para atuar em qualquer parte do globo. No desenvolvimento das ações a MEU pode ser substituída pelo emprego de uma MAGTF (Marine Air Ground Task Force) - Força-Tarefa Terra Ar de Fuzileiros Navais Norte-americanos, que é menor. Contudo, o conceito de ARG evoluiu para Expeditionary Strike Group (ESG) - Grupo de Assalto Expedicionário, que provê navios com equipamentos, treinamento e apoio para cumprir suas missões. Trata-se, segundo o artigo, da expansão do conceito por meio de uma Força composta de Cruzadores, de Contratorpedeiros, de Fragatas e de Submarinos, além dos Navios Anfíbios, para fazer frente a uma maior gama de adversidades, eventos e conflitos, inclusive a OpENC. Segundo Swartz (2008) os ESG estão treinando OpENC constantemente.

2. O “modus operandi” norte-americano

2.1 Aspectos políticos para a condução das OpENC norte-americanas

Blanchard (1997, p.57) afirma que, para os norte-americanos o planejamento das operações de evacuação de não-combatentes deve levar em consideração conceitos políticos, oriundos do seu Departamento de Estado. Este possui planos de emergência nas embaixadas e, dentre estes, os planos de evacuação. Os embaixadores norte-americanos estão subordinados ao Departamento de Estado, e cada um é responsável pelo planejamento de evacuação dos funcionários da embaixada e de cidadãos americanos de seu país anfitrião. A força-tarefa combinada ou de comando unificado em sua missão, quando executando uma Operação de Evacuação, terá de apoiar-se incondicionalmente no plano de evacuação da embaixada.

O autor supracitado aponta que as forças militares encarregadas de apoiar as OpENC reclamam freqüentemente da demora na evacuação. Pensam que qualquer atraso coloca em risco os evacuados e as forças militares. O mesmo afirma, também, que os militares devem, entretanto, entender as medidas políticas e o seu tempo. Afinal, nesta operação as forças militares estão apoiando a evacuação e não as executando. O embaixador é responsável pela evacuação e por proteger os cidadãos americanos. O comandante militar é responsável pelas operações militares que estão subordinadas as políticas.

Blanchard (1997, p.57) considera que as OpENC são operações diplomáticas dirigidas pelo Departamento de Estado Norte-americano, caracterizados pela rapidez de emprego limitado

de forças militares em condições de conflitos pequenos. Cita, inclusive, que Clausewitz apresentava idéia que toda a força militar é apenas um instrumento da política para justificar o enfoque da submissão diplomática das operações de evacuação de não-combatentes.

As forças subordinadas ao Departamento de Defesa dos EUA trabalham apoiadas por regras diplomáticas nas OpENC. O entendimento das influências e nuances diplomáticas é importante. Uma retirada ou evacuação prematura poderá trazer conseqüências políticas e diplomáticas desastrosas, ou subtrair do embaixador pessoal, equipamento ou pessoal, que seriam importantes em uma situação crítica posterior. O autor aponta que estas ações poderiam tolher o Departamento de Estado norte-americano de ações políticas diante de organismos internacionais e de ações inteligência como busca e reconhecimento.

Segundo Siegel (1993, p. 25), analista do centro de análise naval do governo dos EUA, as coordenações entre Departamentos de Estado e o Departamento de Defesa dos EUA na execução das operações de evacuação de não-combatentes, "no caso americano, são praticamente sem falhas em uma área que há muitos problemas."

Murray (2006, p.9) afirma que, em 1990, o senado americano defendeu que o desdobramento de todas as tropas de Fuzileiros Navais Norte-americanos no mundo deveriam estar subordinadas ao USSOCOM (United States Special Operations Command) para apoio às OpENC, demais OpMilNG e Operações Especiais Norte-americanas. O Departamento de Defesa não concordava com esta vinculação. Após inúmeras considerações, os Fuzileiros Navais Norte-americanos concordaram que o arranjo de suas forças com o USSOCOM seria bom. Estes Fuzileiros consideravam que ambas as instituições deviam envidar esforços para cooperação. Acredita Murray (2006, p. 9) que o grande sucesso das OpENC na Somália - Eastern Exit Operation, foi produto desta cooperação.

2.2 Fase do Planejamento e Execução da OpENC

Segundo Blanchar (1997, p. 58) o comando unificado ou combinado providencia, logo que designado para uma missão de OpENC, seu próprio Estado-Maior emergencial com facilidades diplomáticas e consulares. Depois de formado deste Estado-Maior, inicia-se o planejamento de apoio a evacuação de forma integrada ao plano da embaixada. O plano de evacuação é um dos Planos de Ação Emergenciais (PAE) do Departamento de Estado e suas

embaixadas. Este Departamento é responsável por fazê-lo com ajuda de outras agências governamentais da área ou do país.

Subordinados ao Departamento de Estado existem dois tipos grupos de ligação que, centralizados ou regionalmente, apóiam as embaixadas ou consulados na confecção dos planos de ação emergenciais (PAE). Os grupos de ligação são capitaneados pelo representante do Departamento de Estado norte-americano, e possuem membros do Departamento de Defesa, do comando combinado e de cada departamento militar. Porém, podem ter representantes de outras agências governamentais.

O propósito do Grupo de Ligação é assegurar que os planos de evacuação de não-combatentes coordene todas as ações das agências envolvidas e que seja exequível. O Grupo de Ligação de Washington (GLW) apóia os Grupos de Ligação Regionais (GLR), os grupos diplomáticos e consulares e os comandos unificados no planejamento e na condução das OpENC, conforme citado por Hutzler e Drennan (1986, p. 5-7). Blanchard (1997, p. 58) acredita que o Grupo de Ligação de Washington (GLW) provê aos comandos unificados uma via para resolver conflitos entre o Departamento de Estado e os departamentos militares na preparação dos planos de evacuação. Outra função do GLW é uma revisão regular da compatibilidade dos números de residentes norte-americanos não-combatentes em cada país anfitrião e a proteção e capacidade de evacuação do posto diplomático responsável. Em caso de crise, o GLW pode recomendar a redução do número de residentes com a finalidade de manter a capacidade de evacuação.

Blachard (1997, p. 58) afirma que, abaixo do GLW estão os grupos de ligações regionais (GLR) que assistem os postos diplomáticos na preparação e avaliação dos planos de evacuação, e os militares, com as especificidades de cada país. O GLR provê coordenação entre os postos diplomáticos e comandos militares regionais norte-americanos nos planejamentos das OpENC.

Abaixo do GLR, para planejamento do PAE, estão as embaixadas. Nestas, os embaixadores são responsáveis pelos desenvolvimentos e avaliação dos planos. O responsável não é o GLW. Para este desenvolvimento, o embaixador estabelece e formaliza um comitê para ações de emergência (CAE) que ajudará o oficial de segurança na apresentação do projeto dos planos que ele é responsável perante o embaixador, entre estes o PAE. O CAE é capitaneado pelo subchefe da missão diplomática. É composto, também, pelo chefe do escritório da Agência Central de Inteligência (CIA) no país e pelo representante da Agência de Desenvolvimento Internacional Norte-americana (USAID), e pela equipe de funcionários mais importantes do

embaixador (representantes da administração do posto, da segurança interna, das relações públicas, de comunicações) e do representante do Departamento de Defesa. Os níveis de segurança do ambiente do país e da missão diplomática orientam a frequência com que o embaixador reúne o CAE. As funções das pessoas no CAE devem ter íntima associação com as funções que exercem na missão diplomática para adequada confecção dos planos. Uma cópia dos planos de emergência de cada embaixada de uma região deve ser enviada para cada comando militar regional norte-americano, bem com suas constantes atualizações.

Importante fonte de informação para os comandos unificados e comandos militares regionais norte-americanos na preparação dos planos militares de evacuação de não-combatentes são as agências de mapeamento de defesa e as agências de inteligência de defesa. As primeiras fornecem as últimas atualizações de mapas, cartas e dados geodésicos. As outras apóiam com pacotes gráficos das embaixadas e pacotes de apoio. Seigel (1993, p.25-26) lembra que as fontes supracitadas permitem que os dados sejam atualizados e evitem os acidentes como o ocorrido na Somália em janeiro de 1991.

Segundo Blanchard (1997, p. 58) os militares norte-americanos devem trabalhar com o GLR da área para desenvolver planos baseados nos ambientes possíveis de evacuação e estimar o número de evacuados. Com base nesses dois pontos, as forças militares, logo que acionadas, são estabelecidas com formações necessárias e apropriadas. O tamanho pode variar de poucos militares, em ambiente de baixa resistência à evacuação, a significativa força com a equipe de segurança, de comboio e de segurança de perímetro defensivo e equipes de força, em ambientes adversos.

APÊNDICE C

TABELA 1

MEIOS DE FORÇA NAVAL EMPREGADOS PELOS ESTADOS

	EUA	ING	FR	ITA	INDIA	CAN	AUST
Navio de Comando e Controle	1						
Navio Anfíbio de Assalto (NPH ou NAeL)	1	1					
Navio Desembarque de Helicópteros			1				
Navio Desembarque Doca	1	1	2	1			
Navio Transporte Doca	2						
Contratorpedeiro	2	2		1	1		
Fragata			2	1	2		
Navio-Tanque	1	1	1		1		
Tropa valor Unidade	Sim	Sim					
Helicópteros militares embarcados	Sim	Sim					
Navio Alugado	3		1			1	1
Evacuados	15000	4500	14500	705	2280	14000	186
FNR (Proporção)	3x	1x	2x	1x	1x		

APÊNDICE D

TABELA 2

POSICIONAMENTO DAS FORÇAS NAVAIS EMPREGADAS PELOS ESTADOS, DISTÂNCIAS E TEMPO GASTO PARA POSICIONAMENTO

Força Naval	Local	Distância do Litoral do Líbano (Google Earth, 2008)	Tempo Gasto
EUA	Litoral do Yemen Mediterrâneo (3 navios)	.1420 milhas < 600 milhas	3 dias (Global Security, 2008) 1 dia (Global Security, 2008)
Inglaterra	Gibraltar Oceano Índico	2030 milhas 1520 milhas	4 dias (UNITED KINGDON, 2006b) 3 dias (UNITED KINGDON, 2006b)
França	Toulon	1560 milhas	3 dias (MINISTÈRE DE LA DEFENSE, 2008)
Itália	Brindisi e Taranto Mediterrâneo	1086 milhas	2 dias (REPVBBLICA ITALIANA, 2007)
Índia	Oceano Índico	Entre 600 e 1200 milhas	2 dias (TELUGO PORTAL, 2006)
MÉDIA		515 milhas	
	Porto de Larnaca (Chipre) - ADS	110 millhas	
	Base Inglesa de Akrotiri no Chipre	134 milhas	